



Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 148ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1.979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Darcy Deitos e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado a Dom Antônio Mazzarotto, primeiro Bispo da Diocese de Ponta Grossa, expediente transmitindo votos de regozijo à passagem de seus 65 anos de Ordenação Sacerdotal e seus 50 anos de Sagração Episcopal.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1.979

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Dom Antônio Mazzarotto, nascido em 1.º de setembro de 1890, em Santa Felicidade, Curitiba, foi ordenado sacerdote em 23 de novembro de 1.914, por Dom João Braga, em Santa Felicidade, após passagem pelo Seminário Episcopal de Curitiba. Durante 16 anos, explicou de modo admirável todo o Credo, os Sacramentos e os Mandamentos, sempre numa linguagem limada.

Após uma ação pastoral das mais louváveis em Curitiba, a voz de Roma o chamou para reger os destinados espirituais da nova Diocese de Ponta Grossa, criada em 1.926. Escolhido a 16 de dezembro de 1.929, fez-se sagrar em Roma pelo Cardeal Henrique Gasparri, a 23 de dezembro de 1.930. Tomou posse do Bispado no dia 03 de maio do mesmo ano.

Em Ponta Grossa, na época, havia muito o que fazer. Formou Dom Antônio, um grande patrimônio para a Diocese, através de diversas aquisições, criou paróquias, incentivou

obras vicentinas, fundou seminários e outras atividades sacerdotais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o respaldo do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor César Calls, Ministro das Minas e Energia, para que sejam tomadas medidas necessárias no sentido de ser encampada, COM URGÊNCIA, a Companhia Hidroelétrica de Paranapanema.

Requer, outrossim, que o presente apelo seja acompanhado do pronunciamento que este Deputado fará nesta sessão. Destarte, servindo de justificativa da referida solicitação.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este sunscrevem, nos termos regimentais, uma vez ouvido o Plenário, REQUEREM a transferência da Sessão Plenária do dia 03 de dezembro, para o período matutino.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1.979.

(aa) NILSO SGUAREZI e ERONDY SILVÉRIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 193/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DAS DAMAS ROMARIANAS DE ANDIRÁ, com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade andiraense. Fundada há 25 anos, vence um quarto de século de trabalhos sempre dirigidos no sentido de promover o companheirismo e a prestação de trabalhos, objetivando o melhoramento sócio-cultural dos municípios necessitados da região.

Se declarar de utilidade pública uma entidade como esta é a prova irretorquível de que se está reconhecendo um trabalho de um alcance social imensurável, sempre colorido pela solidariedade e caridade, numa demonstração de patriotismo com raros precedentes na história deste município.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Antônio Fuentes Martins, Prefeito de Floresta e o Vereador Antônio

Santos Filho, do mesmo município.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ontem, durante a cerimônia realizada na Praça Garibaldi, em memória dos mortos na Intentona Comunista, o Excelentíssimo Sr. General Governador do Estado, Ney Braga, leu mensagem, na qual ouviu-se "Reafirmamos aqui que o sangue derramado em 1935, vale, sim, como um brado de alerta. Vale também para reafirmarmos e fortalecermos a sociedade brasileira que desejamos, sob o primado dos ideais de justiça e liberdade".

É bom que se deixe bem claro que também este brado de alerta, em busca da reafirmação e fortalecimento da sociedade brasileira, buscamos há mais de quinze anos, e dentro da justiça e ideais libertários.

Mais adiante, em sua mensagem, disse o Excelentíssimo Sr. General Governador Ney Braga, que "trazem na boca mensagens de democracia, mas as suas mãos estão sempre prontas para o estrangulamento da liberdade". Dito pela Oposição, caberia perfeitamente para descrever o Governo atual.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É bom que se lembre nesta oportunidade, que também reverenciamos os bravos irmãos tombados naquele fatídico ano, e que nós, brasileiros, estamos, sempre estivemos e estaremos prontos a defender nossa Pátria, mas — que as bocas trazendo mensagens de democracia, estão a desfilar desde 1964 no Palácio do Planalto, e desde então estão estrangulando a liberdade do povo brasileiro, como primado para a busca da redemocratização. Pouca diferença.

Há quinze anos, não encontramos um estado de direito pleno, enquanto nos forçam a acreditar que para isso estamos caminhando. O quadro atual da sociedade brasileira vem a cada ano, exigir mais sacrifícios e esforços da nossa gente, do nosso povo mais humilde, principalmente do assalariado, do operário, enquanto que as multinacionais tomam de assalto nossas diversas fronteiras em todos os rumos, ouvimos apenas os detentores do poder afirmar de que "cremos em uma sociedade livre", precisamos diminuir distâncias, reduzir desequilíbrios, aproximar nações, eliminar focos de pobreza, fazer a felicidade do homem".

Está chegando a hora dos detentores do Poder, nesta Nação, confiar também no povo, já que é do povo que emana o Poder, e que de fato este poder seja exercido em favor do povo, para que os "milagres" não se tornem pesadelos, já que o povo do nosso País é muito pobre, em sua maioria, e as condições e perspectivas atuais não são nada encorajadoras.

Também para que nossos filhos, no amanhã, não digam de nós o que hoje dizemos dos comunistas da intentona de 35. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"É muito fácil de se constatar que o povo brasileiro tem aceitado, até mesmo com alguma subserviência, quase todas as imposições políticas que lhe vem sendo feitas desde os mais remotos dias de sua existência. Desde o Brasil Colônia, passando pelo Vice-Reinado, Reinado, Império, República, Ditadura, Constituinte e Ditadura outra vez. O povo somente assiste e aplaude, sempre na legítima esperança de que essas mutações violentas encontrem melhores dias, com situações prósperas e felizes.

A índole do nosso povo é sempre disposta a obedecer. Quando aparentemente a impressão é a de que a massa está desobedecendo, a verdade é outra: os comandos aí são diferentes e a obediência continua a mesma, porém, de forma diferente.

O que falta neste Brasil, é comando. Lá fora (no exterior),

muita gente tem a impressão de que o povo brasileiro é desordenado. Na realidade, o que falta é uma força sindical que defenda os verdadeiros interesses do trabalhador. Um comando uniforme que evite a violência, mas que pregue a justiça. O sistema ditatorial gerou o sindicato dos pelegos, sem força em momentos decisivos, pois não tem mais a confiança do trabalhador.

Desta forma, pessoas alheias ao movimento, notando o descontrole e a falta de lideranças, se aproximam na tentativa de encontrar um caminho, procurando ajudá-los. Fato que seria perfeitamente evitado se os sindicatos fossem fortes e com líderes classistas em seus comandos.

O que estamos vendo em Curitiba é uma verdadeira guerra entre trabalhadores e policiais. Com total prejuízo para os pobres trabalhadores, cujas armas são a panela vazia e a voz para gritar socorro. A polícia está agindo de forma covarde, agredindo de forma violenta, usando de uma truculência condenável.

Agora, foi arranjado um pretexto para bater: o panfleto do Vereador Ivan Ribas. Não estamos aqui para analisar o fato do panfleto ter feito em hora inoportuna ou não. Muito menos a participação deste Edil no episódio. O que não podemos aceitar é o pretexto que os órgãos de segurança estão usando para bater em trabalhadores. Nada justifica a violência.

Mais do que lamentável é mesmo intolerável o que aconteceu nesta manhã (quarta-feira), na Praça Afonso Botelho. estavam reunidos desde às 08:00 horas, discutindo problemas da classe. Num clima de ordem e disciplina, sem interferência de estranhos, apenas sendo acompanhados pela imprensa que está fazendo cobertura dos acontecimentos e que testemunharam a ocorrência desta triste manhã. Por volta das 10:00 horas, várias viaturas das polícias militar e civil, começaram a fazer um cerco na Praça, procurando esvaziar o movimento. Lá pelas 10:30 aproximadamente, soldados da PM começaram a se aproximar do local da reunião, quando foram verificados alguns incidentes e prisões foram realizadas. Ora, se a polícia sabia que a partir das 08:00 horas os trabalhadores estariam reunidos, porque não chegaram antes deste horário e não prepararam uma ação preventiva, evitando aglomerações e o conseqüente encontro? Por que deixaram os operários se reunirem durante um longo tempo para depois passarem a agir contra os pobres coitados?

Surpreendidos e em pânico com o rigor da ação policial, pela prisão e acusação de um crime que não cometeram, corriam desesperados, perseguidos por elementos da polícia que ao alcançá-los simplesmente passam a bater com violência, procurando atingi-los com cassetetes DE MADEIRA, usando como alvo a cabeça dos trabalhadores. Por que não conversam, explicam o motivo da ação e pedem calma, afastando o movimento de forma justa? Já erram ao bater no trabalhador, mas pior do que isso, é o fato de usarem como alvo a cabeça desta gente. Será que não a usam para lembrar que este trabalhador é pai de família, que pode ficar com traumatismo craniano ou mesmo ser levado à morte?

O que está faltando é um diálogo franco do governo com estes trabalhadores, uma conversa para resolver a situação tão agravante. Os órgãos de segurança estão agindo de forma violenta, não podendo esquecer que "violência gera violência". O Secretário de Segurança, Haroldo Ferreira Dias, expediu nota oficial colocando a posição da polícia. No item número dois, ele fala: "a polícia tem por objetivo, assim, proteger os próprios trabalhadores, garantindo aos mesmos o direito de reivindicação e impedindo, da mesma forma, que aconteçam infiltrações de pessoas estranhas à classe, que, por motivos vários, tentam levar os operários a outros objetivos". Como se explica então, o fato da polícia, hoje cedo, agredir com empurrões os trabalhadores, utilizando cassetetes para dispersá-los? Desta maneira ninguém está protegendo ninguém. No seu item terceiro, o

Secretário diz que "A ação policial, portanto é, em princípio, de orientação e controle da ordem, evitando-se por todos os meios que haja confronto entre policiais e trabalhadores". O que se viu esta manhã foi uma provocação contra os trabalhadores. Uma tentativa de se chegar ao confronto. Tudo foi evitado porque os próprios trabalhadores mantiveram a ordem e foram se afastando, assustados com a ação policial.

O momento exige calma e reflexão. Não é com violência que vamos resolver a questão. Muito pelo contrário. Nada justifica a violência."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário do Sr. Prefeito Municipal de Céu Azul, Geraldo Batista Chaves, bem como do Sr. De La Torre, José Carlos Fortes, Vereador Adoni Ferreira Jandei, Wilson Negrão, bem como do Sr. Ivo Müller.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Sr. Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados:

(**Lê**): "Londrina é tida como a "Capital da Oposição" do sul do País. Justifica-se, pois há onze anos que o MDB está no comando do executivo. Além disso, a oposição londrinense possui, à nível federal, uma bancada respeitável, quer seja, dois senadores e cinco deputados federais. Sem contar a maioria na Câmara de Vereadores e três Deputados Estaduais. Convenhamos que são números expressivos para uma cidade do interior.

Essa força política, segundo o entendimento de alguns homens do governo estadual, precisa ser minada. E o trabalho para desestabilizar a oposição começou. Aos poucos, o governo vai infiltrando os "cabeças de ponte" nas principais instituições londrinenses, numa manobra clara e notória, com a finalidade de ganhar as eleições de 1982.

A população de Londrina já vem observando, há alguns meses, as mudanças em órgãos importantes, visando desarticular a oposição, dentro daquela velha tática de mudar o técnico pelo político, com o intuito de obter dividendos políticos.

A infiltração rasteira e condenável começou pelo Hospital Universitário, onde médicos docentes de mais alta qualificação foram demitidos. Depois, fecharam o Hospital dos Tuberculosos. Coincidentemente, o ex-Prefeito Dalton Paranaguá foi o "pivot", no primeiro caso, por ser amigo dos cinco médicos demitidos, e no segundo, foi o fundador do hospital.

Mas a politicagem barata não pára aí. O agente local, da Agência da Previdência Social, Sr. Reinaldo Machado foi substituído pelo Sr. Walter Gastaldi. Os próprios funcionários da Agência do INPS de Londrina não entenderam a mudança, visto que o Sr. Reinaldo Machado vinha desempenhando as funções de forma satisfatória. Porém, por não ser político, acabou perdendo o emprego.

Nos estabelecimentos de ensino, a insegurança é total. Diretores são trocados do dia para a noite, simplesmente por não afinarem com a ideologia política dos "patrões do Paraná". Professoras também são trocadas para que o "comando político" tenha o controle da situação.

Na 18.^a Inspeção Regional de Ensino, 4.^o Núcleo, os "comandos políticos" também atuaram: o Inspetor Jencísio Martins foi trocado pelo Sr. Walter Okano.

Mas a manobra para desarticular a Oposição não fica aí: na 12.^a CIRETRAN, o major José Fernando Leal da Silva foi exonerado e assumiu o capitão Aparecido Rodrigues. O capitão Aparecido Rodrigues era Chefe de Segurança na Universidade Estadual de Londrina, e homem de confiança do atual Secretário de Saúde do Estado.

Agora falam que o 17.^o Distrito Sanitário também obedecerá mudanças. O atual titular, Dr. João Dias Ayres, que há mais de 12 anos presta serviços no Centro de Saúde, poderá ser afastado e no comando assumiria um político afinado com os interesses do "grupo" que pretende ganhar as eleições muni-

cipais na "marra".

E assim, de instituição em instituição, esse "grupo maquiavélico" vai minando, abrindo campo para 1982.

A população londrinense está revoltada, pois sabe que esse "grupo", despidido de escrúpulos, tem planos ainda maiores. No fim, a cidade acaba pagando pelos caprichos de uma meia dúzia de politiquinhos, que só se elegem, utilizando essas artimanhas.

Entendemos que o assunto é sério e voltaremos a ele."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lê**): "Psicologia é a ciência dos fenômenos psíquicos e do comportamento. Ampliou-se de tal forma que se subdividiu em diversos ramos, indo do estudo evolutivo da criança até a fase adulta, como também do estudo do comportamento dentro do campo social e do estudo dos problemas humanos da indústria.

O Brasil levou muito tempo a aplicar-se ao estudo da psicologia evolutiva nas Escolas Normais, consagradas à formação de professores, a fim de que estes, no exercício de suas atividades profissionais, estivesse apto a compreender a criança e a acompanhar o desenvolvimento do seu psiquismo, os progressos e os estágios porque ela passa, compreender o significado desses fenômenos e verificar as conclusões e os bloqueamentos que se registrem.

Nos últimos tempos, todavia, a Psicologia foi entendida como ciência mais importante, com aplicação em setores outros de atividades. Abrange a criança e o adulto, e o adulto dentro do contexto social e de trabalho.

Surgiu a profissão do psicólogo, após curso especializado em escolas em todo o País. Temos visto a ação do psicólogo em vários campos, desde o de esportes até o de atividades de caráter comunitário.

Um fato de causar estranheza, porém, é de não haver sido regulamentada, até hoje, essa profissão, apesar dos esforços conjugados de escolas e de diplomados no Brasil inteiro. Em consequência, a atuação do psicólogo, tão importante quanto o é, pode-se dizer que continua semi-clandestina.

As pressões feitas sobre o Governo resultaram na tomada, por este, de uma decisão. Incumbiu o Conselho Federal de Psicologia a elaborar um projeto de regulamentação profissional. Ocorre que esse projeto, em seus delineamentos gerais, se resente de graves defeitos, fato que gerou protestos de toda a classe, e a fixação de um Dia do Repúdio ao projeto, cumprido na semana passada, acrescido o repúdio de greve nas escolas especializadas.

Do ponto de vista estudantil, o Conselho Federal de Psicologia, ao acompanhar a obsessão governamental, permitiu o ensino pago, e mais, permitiu o aumento discricionário das taxas. Isso levou uma delegação de alunos a Brasília, para a entrega, ao Ministro de Educação e Cultura, de extenso abaixo-assinado contra a espoliação de que estão sendo vítimas. Para caracterizar a ganância dos estabelecimentos de ensino, entregaram a Eduardo Portella os carnês de uma taxa extraordinária de um mil e duzentos cruzeiros, criada não se sabe porque, e nem se sabendo baseada em que dispositivo legal.

O profissionalismo seria igualmente atingido pelo projeto. Compreendida a importância da Psicologia em todas as atividades humanas, a sua aplicação deve ser estendida a todos os setores. Não pensam assim os membros do Conselho Federal de Psicologia. Querem limitar o mercado de trabalho para o psicólogo. Por isso, pretendem determinar que as empresas industriais receba o psicólogo como estagiário por dois anos. Ora, isso é um acinte e uma desmoralização!

A ação do psicólogo na indústria, na escola, nos clubes esportivos, e até nos partidos políticos, deve ser permanente, no

sentido de clareamento de dúvidas ou de fenômenos aparentemente inexplicáveis. A contratação como estagiário, e não como profissional, pelo prazo exíguo de dois anos, constitui um escárnio. Está sendo repelida essa cláusula com justa indignação por toda a classe.

Outro erro do projeto é julgar que o psicólogo não encara cada indivíduo como uma entidade autônoma, sujeita a reações de toda ordem. Por não entender assim, cogitou de transformar o psicólogo, dentro da empresa, em instrumento dos interesses patronais, de natureza econômica, de modo a condicionar cada operário como máquina de produção, geradora de lucros cada vez maiores. Não é possível esquecer que o trabalhador tem atrás de si responsabilidades de natureza familiar, com mulher e filhos a sustentar, capaz de direitos, desejoso de lar decente, alimentação farta e sadia, vestuário adequado, saúde e educação à altura.

Pelas próprias características da profissão, o psicólogo é um analista da alma do indivíduo, e tem em mira a correção dos desvios emocionais e de compulsões de más consequências. Mas, insurge-se contra a idéia de ser transformado em mesquinho instrumento dos "interesses minoritários", contra os quais luta.

Unimo-nos ao protesto justo e ativo da classe dos psicólogos. Queremos que a sua profissão seja dignificada, como bem o merece. Almejamos que o seu mercado de trabalho se amplie cada vez mais, pelo aproveitamento de cada profissional em todos os estabelecimentos privados e públicos, onde sua presença seja útil e eficiente.

Há, pois, de emendar-se o teor do projeto em elaboração. Nesse intuito, requeremos que a íntegra deste nosso pronunciamento seja encaminhada ao Ministro de Educação e Cultura, ao Conselho Federal de Cultura e ao Conselho Federal de Psicologia, para que tais autoridades saibam que a Assembléia Legislativa do Paraná apoia, literalmente, as reivindicações da respeitável classe dos psicólogos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Realizaram-se as eleições em Tupãssi e em Vera Cruz do Oeste. Tivemos a honra de apresentar nesta Casa os projetos de lei que diligenciariam a criação dos Municípios de Vera Cruz do Oeste e de Tupãssi, distritos a serem desmembrados dos Municípios de Céu Azul e de Assis Chateaubriand, respectivamente.

Os pleitos ocorreram no dia 25 do corrente mês de novembro, nos quais, face a espécie, é concedido a todos os residentes, eleitores ou não, o direito de comparecimento às urnas para declararem, pelo voto, o desejo de emancipação, ou de a recusarem.

Os plebiscitos se realizaram dentro de um clima de grande entusiasmo por parte do povo, haja visto que as urnas atestaram a aprovação praticamente unânime dos eleitores. Em Tupãssi, atingiu 94%, e em Vera Cruz do Oeste, 99%, o que dispensa comentários.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta feliz oportunidade, cumpre-nos externar as nossas congratulações ao povo de Vera Cruz do Oeste e ao povo de Tupãssi, e por ser oportuno, reproduzimos neste pronunciamento, o Artigo 29, itens 1 e 2, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada a 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas:

"Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível."

"No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e res-

peito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática."

E o povo das duas localidades, homens e mulheres, cônscios de seus direitos e liberdades, como rege a Declaração dos Direitos do Homem, exerceu livremente a sua opção, e trouxe às nossas consciências mais uma parcela de consistência ao conceito democrático de nossa gente e do governo brasileiro.

Congratulamo-nos prazerosamente com os Meritíssimos Juízes de Matelândia e de Assis Chateaubriand, Dr. Jorge Sato e Dr. Joaquim Rocha, e pedimos que seja registrado nos anais da Casa um voto de louvor pela eficiência, lhanza de trato e extremos cuidados com que desempenharam as suas árduas funções, cuja atenção e desvelo criaram um clima sereno e harmonioso nos plebiscitos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao finalizar, encarecemos aos dignos Senhores Deputados, sejam reconhecidos por esta Casa os sagrados direitos do povo de Tupãssi e do povo de Vera Cruz do Oeste, aprovando a sua emancipação."

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

A cidade assiste um festival de pancadarias, desfechado pelo arbítrio que combate os anseios legítimos dos trabalhadores do Brasil.

A cidade que sorria está chorando.

O povo, o trabalhador nas suas manifestações, em busca das mínimas condições para sobreviver, começa a se movimentar, nas reivindicações justas e sérias, dentro do movimento de greve.

E o que temos visto? A polícia do Governo espancando e torturando o operário; a polícia a manter a segurança, trazendo a insegurança do povo. Perguntamos: que segurança trazem os policiais ao garantir as inseguranças nas ruas da cidade?

Estamos vendo milhares e milhares de crianças a tomarem os lugares dos cães a virar e disputar as latas de lixo, na calada da noite.

Estamos vendo o trabalhador brasileiro asfixiado no seu direito de sobreviver, no seu direito de manter, com dignidade, a sua família, sendo derrubado pela polícia do Governo, que espanca e que reprime, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Ontem, usamos da tribuna para defender nesta Casa, os garis de Curitiba, classe humilde de servidores que servem a toda a coletividade, e que não está percebendo o salário-mínimo, num regime de escravidão que a Prefeitura Municipal de Curitiba está acobertando, através da empresa que presta serviços a ela, a TERPA-LIPATER.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Rio de Janeiro o Ministério do Trabalho concedeu, aos garis, três salários, no mínimo, com piso salarial e aqui em Curitiba nem um salário-mínimo se paga; lá, se paga a insalubridade, e aqui em Curitiba, o operário que coleta o lixo nas frias madrugadas de nossa Capital, como prêmio, quando pede a insalubridade, recebe o cassetete da Polícia Militar do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Esta Casa aprovou um requerimento de nossa autoria, há seis meses atrás, apoiando os três salários-mínimos como piso salarial para os garis de Curitiba; ontem, fizemos desta tribuna, um pronunciamento defendendo esta classe sofrida, classe de gente que não sabe ler, escrever e nem se defender e, quando à noite fomos ao encontro desses homens, nas bases, para distribuir a eles o apoio que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná lhes dá, chefes da Prefeitura Municipal, uma ditadura instalada no Município de Curitiba, juntamente com policiais, nos reprimiram e nos ameaçaram inclusive de vida ou de morte como os Senhores possam entender e, lá permane-

ceram chamando-nos de agitadores, de subversivos e de comunistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se defender o humilde gari que não tem as condições mínimas de sequer comprar um copo de leite para sua família, para seus filhos, como se, defender um humilde trabalhador fosse subversão da ordem, Sr. Presidente, Srs. Deputados! Subversão da ordem são esses que exorbitam o poder, que roubam o povo, roubando daqueles que eles tratam como se fossem animais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está na hora de dizer um "basta!" a esta ditadura implantada na Nação, sacrificando o povo e humilhando a Nação brasileira.

É lamentável a polícia chegar, tendo conhecimento das garantias constitucionais que temos, das nossas prerrogativas constitucionais, ameaçando-nos de prisão, como subvertendo a ordem, chegar o Diretor da Limpeza Pública da Prefeitura, e nos ameaçar de morte, em pleno Centro Cívico onde está o Palácio Iguaçu, onde estão os legítimos representantes do povo, eleitos no Paraná, que são os Srs. Deputados!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pergunto: onde está a justiça e onde está a representação do Poder Legislativo do Estado do Paraná?

Ora! Estamos vendo um festival de pancadaria se desencadeando na cidade, vemos as reivindicações mais justas do povo, sendo asfixiadas, mortas até mesmo no nascedouro. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há de se perguntar qual vai ser o destino de milhões e milhões de brasileiros que se chamam de menores carentes, de abandonados, que estão caminhando pelas ruas. Será que o exemplo daqueles que foram menores abandonados em 1968, 1969 e 1970, que hoje são os delinquentes, não serve para que esses homens analisem e substituam esse modelo econômico que está vigente neste País, ou será que teremos que partir para uma via que não a consagramos ainda, para a conquista e a chegada por uma via que não é normal no poder, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável que milhões e milhões serão os criminosos de amanhã, criminosos porque a sociedade é mais criminosa do que eles. Serão delinquentes porque a sociedade é mais delinquente do que eles. Não posso admitir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Prefeitura Municipal de Curitiba, permita que uma empresa que mantém um contrato de prestação de serviços com ela, pague aos seus operários, menos que o salário-mínimo, quando eles têm direito no mínimo, de três salários e a taxa de insalubridade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Se defender esses homens, esses operários, for subversão, for atentar contra a segurança, então nós somos subversores da ordem e somos atentadores da segurança nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O final da década de 1970 irá passar para a história, como uma das épocas mais violentas já vividas pela Nação brasileira.

(Lê): "Os mais variados são os fatores que contribuem para o grande desajuste que se verifica em nossa sociedade, sacrificando a maioria da nossa população.

Segundo o Procurador Hélio Bicudo, o problema da violência começou a ser observado, não com maior eficiência, mas com maior divulgação, nesta década de 70, e poderia ser substancialmente encarada sob três aspectos: a violência oficial, a violência do homem comum e a violência de todos contra todos.

Na violência oficial, evidentemente, sobressai a violên-

cia policial. Não apenas da polícia, mas da polícia política. E, sobressai também o problema da violência legislativa, que se impõe ao Brasil, a partir de 1964. Na verdade, o Brasil se ressentiu hoje de um real ordenamento jurídico. As leis não representam, absolutamente, o resultado do consenso da Nação; elas, isto é, uma verdade cedida, representam apenas a vontade do Chefe. Aquilo que o eventual detentor do Poder deseja que seja feito, será feito. Terá os coloridos de um diploma legal sem, contudo, que seja legítimo. É o caso da Lei de Segurança Nacional, que passou por decurso de prazo no Congresso. É o caso da reforma partidária, que é uma violência que o sistema impõe a toda uma Nação, e outros casos de uma legislação sem legitimidade, que trás em si um conteúdo de violência do Poder, contra o povo brasileiro.

Quanto a violência comum, a violência do bandido, como nós chamamos o marginal que assalta, que mata porque assalta. Ele assalta e mata porque foi sujeito a uma pressão da qual nós todos somos responsáveis, porque se eles estão nas favelas, se eles estão marginalizados nas periferias, isso se deve aos privilégios que todos nós desfrutamos. E é uma regra comum que toda violência determine uma violência igual ou talvez maior em sentido contrário.

Então, quando nós permitimos que toda essa marginalidade seja oprimida pelo poder econômico, seja nas fábricas, seja fora delas, nas casas de famílias (as empregadas domésticas)."

Concedo o aparte ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. Darcy Deitos — Inicialmente quero cumprimentar a Vossa

Excelência pelo tema em que desenvolve hoje, dessa tribuna, que é a violência deste País. A violência gerada por um sistema de Governo ditatorial e prepotente, porque hoje na quadra em que nos encontramos, eminente Deputado, com o povo sendo roubado no preço da gasolina que até anteontem tivemos oportunidade desta mesma tribuna de discorrer sobre este assunto e hoje, eminente Deputado, quando abrimos os jornais, continuamos vendo de que o povo continua mais uma vez sendo roubado, porque é imposto à Nação brasileira, um reajustamento de 55%, nas tarifas de energia elétrica, quando já tivemos neste exercício, um reajustamento de 37% no mês de janeiro, outro de mais 11% no mês de agosto e agora vem mais 55% dando 103% de reajustamento nas tarifas de energia elétrica, em apenas onze meses, e aonde é que nós iremos parar, eminente Deputado? Iremos parar na violência como Vossa Excelência bem está dizendo desta tribuna.

Mas, enquanto isso, Deputado Tavares, que muito bem representa a região de Londrina, a capital da Oposição brasileira que é a pujante Londrina no Estado do Paraná.

Vendo a Folha de Londrina da data de hoje, enquanto tudo isso acontece, a gasolina, a um preço de roubo, com a energia elétrica, outro roubo na bolsa do povo brasileiro, enquanto isso a "Folha de Londrina" dá na primeira página que o "Figueiredo toca gaita, dança e canta".

Veja, eminente Deputado, como está a Nação brasileira, enquanto isso o Presidente nada mais faz do que viajar, inaugurar coisas supérfluas e não resolver os problemas do povo brasileiro.

Está aí o Presidente João Figueiredo. Tocou gaita, dançou e cantou tango, acompanhado por instrumentistas famosos. As pessoas que viverem no tempo, que se transformaram nos tristemente chamados "bóias-frias", quando nós estamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, diante desse quadro verdadeiramente de expropriação de trabalho, de mão-de-obra das classes menos favorecidas, nós temos de outro lado, um equipamento fabuloso para impedir que essas pessoas se expressem, e se tornem pessoas...

O SR. JOSÉ TAVARES — As nossas leis penais, leis civis e as leis trabalhistas, elas existem exclusivamente para manutenção do privilégio de uns poucos que vivem às custas da grande massa

de brasileiros que realmente trabalham. Então se há um ato violento de uma dessas pessoas contra qualquer um de nós levanta-se uma grande celeuma, como se está levantando hoje por todos os recantos deste País, e que está levando o nosso homem de classe média à beira da histeria.

O Sr. Darcy Deitos — Veja, eminente Deputado que enquanto a Nação pega fogo, enquanto temos greves aqui em Curitiba que não são solucionadas, por incompetência dos governantes, Sua Excelência, o Excelentíssimo Senhor, o Presidente da República toca gaita, dança e canta.

• Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu é que agradeço, nobre Deputado Darcy Deitos e responderia o seu aparte, dizendo que lamentavelmente, enquanto o trabalhador brasileiro está sufocado, está desesperado, indo às ruas, reivindicando melhor salário, mais justiça social, para si e para seu semelhante. O que nós presenciemos, desgraçadamente, é este colorido de que tudo vai bem neste País, quando na realidade nós sabemos, temos a certeza porque temos convivido com esta gente, com este povo que sofre e que transporta este País nas cotas e, desgraçadamente, nobre Deputado Darcy Deitos, o que temos assistido é o Sr. Presidente da República dando entrevistas as mais desencontradas possíveis, as mais desapropriadas para as pessoas e o cargo que ele ocupa de Chefe de Estado, numa visível demonstração que é realmente um homem despreparado para a função.

Mas prossigo, Sr. Presidente, há uma grande celeuma em torno da violência no País. E esta violência é generalizada, existe em decorrência destes problemas sociais, que poderíamos afirmar que é fruto de uma insatisfação e desespero. Mas o que vamos fazer, nós, povo brasileiro? Vamos nos armar, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Vamos voltar ao Esquadrão da Morte? Quando a estatística tem comprovado que o Esquadrão da Morte ao invés de diminuir o índice de criminalidade, muito pelo contrário, ele serve de aumento ao índice de criminalidade.

Apenas para citar como exemplo, durante o período que existiu o Esquadrão da Morte em São Paulo, havia cem crimes violentos por dia, depois do desativamento deste, a incidência criminal caiu para setenta casos, de crimes violentos por dia. E é o que existe ainda hoje na grande São Paulo.

E o que faz este homem que assalta, que mata para roubar?

O que ele faz é nada mais nada menos, do que tentar pegar uma fatia que na verdade lhe pertence. Jogado numa favela, condicionado por uma propaganda que ele vê nas televisões, nos bares, no mundo dourado que ele desconhece, mas que ele quer alcançar e que ele só pode alcançar através do dinheiro. Vai procurar o dinheiro onde estiver, e é exatamente no bolso da gente.

Finalizando, diz este eminente Procurador da Justiça de São Paulo, isto tudo me faz pensar que um pouco que nós vivemos não há dez anos, mas há vinte anos, mais ou menos, num País sem ordenamento jurídico não é possível haver Justiça. Nós não temos sequer uma lei fundamental legítima e a partir daí nós não temos lei. Somos, na verdade, um País sem leis, ou melhor, um País das leis que não são cumpridas.

E daí toda a violência ser legítima e ser justificada.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, nobre Deputado, um adendo ao Deputado Darcy Deitos que leu a manchete, "A Folha de Londrina", "enquanto o Excelentíssimo Senhor Figueiredo toca a gaita, dança e canta", apenas um adendo, aí está o Sr. Figueiredo com a gaita, o Salim Malluf com piano, o Golbery no surdo e o Portela na cuíca, "Os Impopulares do Samba".

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Prossigo, Sr. Presidente, são decorridos mais de dez meses que o atual Governo se instalou. Sabemos que as disfunções da Segurança Pública, em todo o País e particularmente no Paraná, não são de hoje. O atual Se-

cretário de Segurança do Paraná, já herdou uma estrutura com sérios problemas.

Em contato havido pela Comissão de Segurança Pública desta Casa, no início da presente Legislatura, tivemos a oportunidade de conhecer o Secretário, de trocar idéias com o mesmo, a respeito dos inúmeros problemas existentes na sua Pasta. Todos nós, Deputados da Comissão, presentes naquela ocasião, tanto do meu partido, quanto do Partido do Governo, demos a nossa contribuição a Sua Excelência para que pudesse atuar e solucionar muitos dos problemas que vêm intranquilizando a população do Paraná.

Colocamo-nos todos à sua disposição para um trabalho onde todos somemos esforços, vindo de encontro aos mais legítimos anseios do povo paranaense, que é a segurança a si e para a sua família.

Em que pese as nobres intenções do Secretário atual, em nosso entendimento estamos muito longe de se conseguir resultados satisfatórios.

A polícia, tanto civil como militar, tem conseguido alguns êxitos, porém muito pequenos, em relação à magnitude dos problemas hoje existentes no Paraná.

Polícia, tanto Civil quanto Militar, constituída na sua maioria de pessoas imbuídas das melhores intenções, de homens e mulheres íntegros, mas, por contar em seu seio, paralelamente, com um número apreciável de elementos que não a dignifica, encontra-se bastante maculada.

Os seus semelhantes não lhe devotam respeito; ao revés, tributam-lhe receio, medo e desconfiança.

Mas todos se esquecem que é das menores a fatia de recursos orçamentários, se compararmos com outras Secretarias de Estado.

Os investimentos em recursos humanos e equipamentos na Segurança Pública, não permitem o afixar de enormes placas de bronze inauguratórias.

Os investimentos em estradas permitem isto sim aquele tipo de evocação com o desfilar de cortejos imperiais e o banqueteamento dos áulicos do Poder.

Garantem também, por largo tempo, largos dividendos eleitorais. Mesmo que as estradas sejam revestidas de material inferior ou casca de ovo e que sucumbam ao menor tráfego, além de pequenos carros, de passeio.

Sobrevêm agradecimentos efusivos, bem como a concessão de títulos de cidadania honorária.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados é que caminha a Segurança Pública; assim é que caminha a Educação e a Cultura, assim é que caminha a Saúde Pública e porque não dizer a nossa triste e judiada agricultura, em um Estado predominantemente agrícola, não contam com recursos compatíveis.

Os resultados, como não poderiam deixar de ser são os mais desastrosos, situações inverossímeis verificam-se a cada dia e a cada momento. Mas o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É o conluio de policiais com os delinquentes, num comprometimento da sua própria dignidade. Enquanto isso, segundo fontes de informações fidedignas, ocorrem diariamente só em nossa capital um número muito grande de delitos patrimoniais.

Veículos brasileiros aqui furtados trafegam por países vizinhos; notadamente naquele que se tem notabilizado internacionalmente, como o paraíso de acobertamento de situações expúrias.

Todavia, não apenas a Capital padece deste mal. Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, Arapongas, Apucarana e outras cidades do Paraná, consideradas de porte médio, juntamente com as demais, sofrem do mesmo mal, sofrem da inoperância, do conluio, do desmando por parte de certos policiais, maus policiais, que ao invés de proteger a família, de defender o cidadão, muito pelo contrário, eles se envolvem com os marginais, não sabendo distinguir quem é o mar-

ginal e quem é o policial.

Há até quem desconfie, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento de situações para posterior aferição de lucros por alguns encarregados de cumprir a lei. Situação que, em muito vem contribuindo para a formação, cada vez mais, da imagem negativa da polícia em nosso Estado, espargindo sobre toda uma classe, desconfiança generalizada, indistintamente, sobre os bons e maus policiais, numa situação que se afigura duplamente injusta.

Como prova disso, citávamos aqui, em Curitiba, o exemplo da campanha que a própria Secretaria e a Polícia Civil encetou contra o jogo do bicho. Após uma aparatosa ação contra alguns poderosos dessa prática contravencional, no dia seguinte, já se podia fazer, despreocupadamente, uma "fezinha" em qualquer dos tradicionais locais.

Quem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desconhece algum local onde se pratica tal modalidade de jogo e desta contravenção? Consta até que no Palácio Iguaçu e na Secretaria de Segurança existe quem trabalhe ou faça às vezes, de cambista do jogo do bicho.

Isso é profundamente lamentável.

Somente as autoridades responsáveis neste setor, talvez, é que ignoram tal prática contravencional nos próprios públicos deste Estado.

Joga-se, presentemente, Sr. Presidente, mais do que em qualquer época. Isto é profundamente lamentável, porque na época em que a Secretaria de Segurança do Paraná, juntamente com a Polícia Civil encetou uma operação reprimindo o jogo do bicho, nesta Capital, nós tivemos a coragem de, como homem de Oposição, subir nesta tribuna e cumprimentar aquelas autoridades.

Mas, agora, decorridos quase que seis meses daquela operação, e tendo presenciado diuturnamente a prática pública e tranqüila do jogo do bicho, não podemos, de forma alguma, nos compactuar com tal omissão, que, diria, vergonhosa, por parte das autoridades da Segurança, responsáveis neste setor do Paraná.

O aspecto negativo da ocorrência do jogo do bicho não está na sua prática em si, porque, no nosso entendimento, é uma coisa que o povo gosta e, como democratas que somos, tudo aquilo que o povo gosta, é bom. Mas, o que somos contra é o fato do acobertamento, da prevaricação, da omissão e da corrupção que ele gera, muitas vezes comprando autoridades e manipulando inclusive, políticos, como é do conhecimento de muita gente nesta Casa.

Situações muito semelhantes à Chicago dos anos 30, por ocasião da lei seca nos Estados Unidos.

Esta é a situação, triste e lamentável na área da Segurança no Paraná. Paralelamente aos desvios de conduta, dos aparelhos policiais, somam-se as deficiências e limitações de conduta de outros órgãos do aparelho burocrático do Estado, tornando mais agudo os seus problemas.

Esta Casa, na legislatura passada, aprovou proposição no sentido de ser aumentado os quadros da Polícia Civil nas suas diversas carreiras. Na carreira de delegado, o número foi majorado em 200, anteriormente previsto para 400 na nova situação. Não obstante haver transcorrido mais de um ano, encontravam-se preenchidos, em setembro passado, apenas pouco mais de 180 cargos, menos da metade. Verificando-se quase 220 cargos vagos, situação que está a causar pasmo, levando-se em linha de conta o aumento vertiginoso do crime e da violência, em nosso Estado.

Em setembro, próximo passado, ainda foram nomeados 49 novos Delegados, restando, ainda para serem preenchidos, quase a metade do efetivo previsto.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento).**

Deputado José Tavares, não podia deixar de apartear-lo

pelo fato de que Vossa Excelência fala a respeito de um assunto que, há pouco tempo, falamos aqui nesta Casa. Falávamos a respeito do jogo do bicho, não somos contra. Sabemos que ele existe em todo o Paraná.

Mas, há pouco tempo, nesta Casa, criticávamos o bicheiro de Cascavel, conhecido como Sr. Furtado, e que é acobertado por políticos que têm influência junto ao Governo do Estado. Ele, hoje, não está bancando apenas em Cascavel o bicho, mas em toda a região. Em todo o boteco e em toda a esquina, tem um bicheiro. Mas, se fosse apenas um bicheiro, estávamos até satisfeitos. Mas, o que encontramos naquela região, são pistoleiros, homens que vivem matando e se intitulam bicheiros, para disfarçar os crimes que cometem naquela região.

Esse pronunciamento de Vossa Excelência veio nos dar oportunidade a que disséssemos que demos conhecimentos a todas as autoridades do Estado, ao Secretário de Segurança, ao Diretor da Polícia Civil, porque é público e notório que o "cachê", em nossa região, passa de um bilhão de cruzeiros, dados às autoridades daquela região.

A importância dada pelos bicheiros é maior do que a que gasta um Ministério da República.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado e me recordo que, quando Vossa Excelência ocupava a tribuna, há algum tempo atrás, para denunciar tal imoralidade em sua região.

Em que pese o nosso pronunciamento, nobre Deputado, estamos fazendo uma análise global da situação da Segurança do Estado.

Mas, acho que nunca é demais citar um fato isolado referente a Londrina.

Londrina é uma cidade tida e havida como de Oposição, conforme disse o nobre Deputado Fiori Luiz, e desgraçadamente, o jogo do bicho, em Londrina sempre correu livre. E o único Delegado, neste últimos quinze anos, aproximadamente, que ousou enfrentar os poderosos do jogo do bicho, naquela cidade, foi este seu modesto Colega. E por ter ousado enfrentar, reprimir e não aceitar o dinheiro dos poderosos de lá, foi transferido e mandado para muito longe. E o que é pior, quem banca o jogo do bicho, em Londrina, é uma pessoa notoriamente conhecida, acobertada por um irmão seu que é o Presidente da ARENA naquela cidade.

É contra isso, nobre Deputado, que sempre nos insurgimos. Não é contra o jogo do bicho em si, porque ele, ele, é a Lei que diz que não pode ser explorado. Não somos nós. Mas, é contra a corrupção, contra o envolvimento, contra a compra de consciência, em detrimento de quem cumpre com o seu dever, de quem trabalha em obediência às Leis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, mas lhe concede mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado. Mas, Sr. Presidente, nobres Deputados, é com grande pesar que assistimos findar o Ano Internacional da Criança, instituído pela ONU e constatamos que muito pouco que o poder público realizou em favor desses que são considerados o futuro do amanhã; sabemos, isto sim, que, vultosa quantia em dinheiro foi arrecadada neste País, para atender os 48 milhões de menores carentes que existem neste País, dados oficiais constatados pela CPI da Câmara Federal.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, urge que o Governo que é o poder dominante e que por conseguinte o grande responsável por tudo isto que acabei de citar aqui, adote medidas vigorosas e urgentes no sentido de se alterar esta situação, pois, caso contrário, nós nos convenceremos cada vez mais, que, este é um País sem leis, ou, das leis que não são cumpridas e daí, toda violência ser legítima e justificada!

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os órgãos de imprensa da cidade de Maringá estão estampando na primeira página, mais um ato administrativo do Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná, Sr. Oscar Alves, o que já está se tornando rotineiro em todo o nosso território. Diz o seguinte:

"O médico Antônio Godinho Machado, Chefe do Distrito Sanitário de Maringá há seis anos, acaba de ser demitido por decisão do Secretário Oscar Alves, da Saúde, que, ontem enviou à nossa cidade o Chefe da Coordenadoria de Operativas, Marco Antônio Fiori, para destituir Godinho e empossar no cargo o médico Massaite Satake, Anestesiologista do 15.º Distrito Sanitário que, desde ontem responde por aquele órgão, em caráter interino. A demissão de Godinho, entretanto, encontrou séria resistência por parte da unanimidade dos prefeitos que integram a Micro-Região 9, os quais estiveram ontem em Maringá, para protestar contra a medida. O Chefe da Coordenadoria de Operativas solicitara, a Godinho, sexta-feira última, para que reunisse todos os funcionários do Distrito Sanitário na segunda-feira, mas não disse que era para comunicar sobre a demissão. Contudo, os Prefeitos cujos municípios estão sob a jurisdição do 15.º Distrito Sanitário, 24 ao todo, souberam da decisão, antecipadamente e vieram, em peso, ontem, a Maringá, causando inclusive surpresa ao enviado de Oscar Alves, que não esperava manifestação adversa. Além dos funcionários do Distrito Sanitário, todos os 24 prefeitos compareceram à reunião de ontem pela manhã na sede do órgão, os quais exigiram a permanência de Godinho no cargo, e não deixaram que este assinasse o aviso prévio, no que foram atendidos.

Diante da negativa de Godinho ao assinar o aviso prévio, ou da posição radical dos prefeitos em manter no cargo o Chefe demitido, não restou outra alternativa a Marco Antônio Fiori, senão aceitar a situação e comunicar o fato, posteriormente, ao Secretário Oscar Alves.

Entretanto, ontem mesmo Godinho deixou o cargo, que fora assumido pelo médico Massaite Satake. Liderada pelo Presidente da Micro-Região 9, Prefeito Alexandre Elias Nassif, da cidade de Mandaguari, uma Comissão formada por seis prefeitos segue hoje para Curitiba, a fim de manter um encontro com o Governador Ney Braga. A Comissão vai solicitar a permanência de Antônio Godinho no cargo de médico Chefe do 15.º Distrito Sanitário já que no entender dos prefeitos, Godinho deve continuar no cargo, porque até o momento soube conduzir com firmeza, de propósitos e com muito trabalho, o 15.º Distrito Sanitário. Ouvido ontem, o médico afastado diz que trata-se de uma medida administrativa da Secretaria de Saúde e podemos aguardar o desenrolar dos fatos, já que os prefeitos não aceitam a minha saída.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, aparentemente lida a notícia friamente, por um dos órgãos — de notícia da imprensa de Maringá, tem-se a impressão de um ato rotineiro.

Entretanto, com documentos que temos em mãos, passados por um grupo de funcionários da Secretaria de Saúde, e olhando-se a notícia distribuída pela Assessoria de Imprensa do Secretário Oscar Alves, a um dos órgãos da imprensa de Curitiba, chega-se à conclusão clara, nítida e insofismável que o Senhor Oscar Alves, no afã de tentar fazer uma escalada política, abusando do seu grau de parentesco com o Sr. Governador do Estado, deseja pura e simplesmente, montar um esquema político em todo o Estado do Paraná, utilizando-se das necessidades do nosso povo, das doenças que graçam em nosso interior, para fazer dessas necessidades e dessas doenças, um instrumental e um trampolim político para a sua ascensão eleitoral, e assim descaradamente, procura, fugindo a todo o código de ética que deve presidir o relacionamento na Medicina, procura pura e

simplesmente dismantlar o trabalho que o ex-Secretário Arnaldo Busato realizou naquela Secretaria, procurando colocar em cada Distrito Sanitário, em cada órgão, em cada instituição ligada à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná, antes de um técnico, antes de um assistente social, antes de um homem preocupado com a saúde, os interesses e as necessidades do povo paranaense, procura colocar, isso sim, um cabo eleitoral para as suas possíveis hipotéticas aventuras políticas de logo mais.

Tem o aparte Fiori Luiz que me tinha pedido anteriormente.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Deputado Renato Bernardi, esse assunto levantado por Vossa Excelência com relação a Maringá, é o que Londrina tem enfrentado. É o que a gente começa a estranhar, porque até então a gente admite que o atual Secretário de Saúde e Bem-Estar Social tenha pretensões em termos das eleições municipais de Londrina, mas dá-se a impressão, como o Secretário está abrindo o leque a nível estadual, que a pretensão seria mais alta. Quem sabe até o Governo do Estado, em 1982, porque até então os "cabeças de ponte" foram utilizados em Londrina, desarticulando toda a Oposição de Londrina nas principais instituições. No esquema nítido de que dá a impressão clara e evidente, irretorquível de que o Sr. Oscar Alves é um pretendo candidato à candidato à Prefeitura de Londrina, mas com essa abertura do leque, agindo também em outras cidades de Londrina, deve ter pretensões bem maiores.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Tem o aparte o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Senhor Deputado Renato Bernardi, até confesso inicialmente que tenho até alguma dificuldade em apartear-lo, em função da pessoa que está sendo objeto das considerações de Vossa Excelência.

Isto porque, depois de alguns pronunciamentos que fiz nesta Casa, abordando a figura do Secretário de Saúde do Estado do Paraná, quase deu-se assim a impressão pela insistência da minha presença na tribuna, de que eu estava com má disposição com o Sr. Secretário, coisa que honestamente não possuo essa má disposição.

Tenho certeza e a convicção daquilo que devo dizer, daquilo que penso e ajo da forma como melhor entendo.

Depois de alguns pronunciamentos que aqui fiz, recebi petreficado, imagine Vossa Excelência, dezenas de solicitações dos funcionários da Saúde Pública que depois que se aperceberam de que eu viera à tribuna e voltarei novamente, comentando sobre o mesmo assunto, recebi uma série de telefonemas, de contatos pessoais, com queixas amargas de gente apavorada, aterrorizada pelo espírito de vingança de que está realmente imbuído o Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná.

Veja, Sr. Deputado, quando pude ler também pela Imprensa as razões alinhavadas que teriam motivado a demissão do médico Antônio Godinho da frente daquela unidade sanitária, parei e pensei comigo, ao fazer alusão de que um dos motivos seria a própria conservação do prédio, ou as suas condições, quase quis entender, talvez, com algum sentido possivelmente de não ter bem entendido o problema quem sabe estivesse o Sr. Secretário da Saúde jogando pedras no seu Colega. Secretário da Administração a quem compete, isto sim, fazer com que um prédio público, uma unidade sanitária, esteja em condições regulares de funcionamento; porque é para isto que existe uma EMOPAR e é para isto que existe uma Secretaria de Administração. E não podiam alegar ignorância, porque no mês de julho, tanto o Dr. Ary Cheidt, como Marco Antônio Fiori estiveram em Maringá, e na unidade sanitária visitando-a.

Estranho quando entre as razões alinhavadas, faz menção de que o médico Antônio Godinho não estivera presente no dia

16 de novembro, uma sexta-feira, depois de um feriado que todos nós saímos para viajar.

Mas estranho, Sr. Deputado, porque há quatro meses atrás, na única visita que fiz ao Sr. Secretário da Saúde, estive lá para dizer: — Sr. Secretário, no Município de Sertãoópolis, a unidade sanitária está acéfala, pela falta de médico responsável. O povo sofrido sofre mais, porque não tem assistência. Não estou lhe pedindo nada, apenas que o médico que mora em Londrina, e que vez ou outra vai a Sertãoópolis e fica uma hora, ou que ele cumpra com seu dever, ou que seja substituído.

E o Sr. Secretário, quando em minha companhia se encontravam também médicos do Município de Sertãoópolis, eu ainda disse que poderia, em última análise, seria mais cômodo para o município, que utilizasse um dos médicos do próprio Hospital, que lá funciona em convênio com o FUNRURAL.

Os meses passaram, parece-me que aí não houve perseguição, porque deve haver interesse de acobertamento político daqueles que ficam pendurados em cabides de emprego.

São algumas razões, Sr. Deputado, que trago. E, se necessário, tenho convicção, poderia alinhar muito mais coisa em nome daqueles que são perseguidos. E todos os perseguidos haverão de encontrar apoio nos homens de senso, nos homens que sabem, condigna e legitimamente, representar um povo. O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, que vem confirmar, mais uma vez, que este Secretário está procurando instaurar um clima de terror administrativo na sua pasta e na sua jurisdição.

Mas agora, no caso específico de Maringá, Sr. Deputado Dácio Leonel, este homem não vai ter sucesso, porque encontra, pela frente, uma micro-região e uma Associação de Prefeitos unidos. Os vinte e quatro Prefeitos desta micro-região, unanimemente, não aceitam esta quebra de ética, não aceitam esta intervenção e não aceitam este implante de terror político, administrativo, que se pretende colocar na cidade de Maringá. Veja Vossa Excelência, que a alegação deste homem, prova claramente uma má fé muito grande, ou um despreparo administrativo sem precedentes na História do Paraná.

Porque, enquanto o prédio do Distrito Sanitário de Maringá, foi feito a toque de caixa, no ano de 1960, pelo Sr. Moysés Lupion, para tentar ganhar uma eleição municipal e uma eleição estadual em Maringá, portanto, fugindo de toda norma técnica, este prédio hoje completa vinte anos.

Quando Maringá, naquela oportunidade, tinha um Colégio Eleitoral de 7.800 eleitores, e hoje apresenta um colégio beirando a casa dos cem mil eleitores, a saúde pública de vinte e quatro municípios, Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, é preciso, ainda, ser atendida em precárias instalações de vinte anos atrás. E é claro, é evidente, que dentro de um quadro de secretariado, o Sr. Oscar Alves pretende ser o "primis inter pares". E, para que ele não seja o "primis inter pares", é preciso jogar lama em cima dos outros Secretários. E começa a fazê-lo, por cima do Sr. Secretário da Administração. Mas se este Governador que aí está, que uma vez foi para o Palácio Iguaçu pelo voto do povo, e hoje lá está pelo voto de apenas um eleitor do Brasil, que foi o General Geisel...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. RENATO BERNARDI — ... se ele realmente pretender...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta mas informa ao nobre Deputado que não viu o Regimento Interno ferido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, mas então quero me fazer ouvir. A Assembléia Legislativa não é um homem só, Sr. Presidente. Votamos no Governador Ney Braga, toda a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra, o nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço à Presidência por me

garantir a palavra.

E, se este homem quiser realmente tender as bases, e fazer realmente democracia, ele terá que atender a posição unânime de vinte e quatro Prefeitos daquela micro-região, que não aceitam este tipo de interferência; não aceitam esta politicagem, e acima de tudo, o enxovalhamento da honra de profissionais sérios.

Espero também que a Sociedade Médica do Paraná, que o Sindicato dos Médicos do Paraná, tenham a coragem de assumir a sua posição, diante do momento histórico em que se vive.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. RENATO BERNARDI — Gastarei com todo o prazer, no aparte do Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Fico muito honrado, eminente Deputado.

Mas, parece mesmo, Deputado, que o Paraná ganha um Idi Amin Dada. Cego, porque à porta de sua Secretaria, está lá um adágio que não pode ser relevado e negado ao povo, paranaense e brasileiro. A saúde do povo é a suprema lei. Mas, desde que esta Secretaria assumiu Oscar Alves, ele está a implantar no Estado do Paraná, efetivamente, a mesma ditadura, o mesmo sistema ditatorial...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — (Pela ordem) Interrumpo o aparte para solicitar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não vê o Regimento Interno ferido e concede a palavra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. DEL CIEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Regimento Interno da Casa está sendo ferido, dadas as interrupções absurdas, provocadas pelo Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos). Com a palavra o nobre Deputado Del Ciel, em aparte ao nobre Deputado que se encontra na tribuna. O Sr. Del Ciel — Obrigado. Mas, não se conforma e não se contenta, eminente Deputado Renato Bernardi, o Sr. Secretário, de fechar o Hospital de Tuberculose, como fechou em Londrina, de implantar um sistema de perseguição e de injustiça a milhares de trabalhadores vinculados à Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. E muito mais virá pela frente, mesmo no setor educacional.

É um autêntico Golbery de Ney Braga, o que poderá até mesmo prejudicar a viabilização do partidão do ARENÃO do atual Governador Ney Braga no Estado do Paraná, até que o Governador não arrume aí uma viagem para o Sr. Secretário da Saúde...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O Sr. Del Ciel — ... para os Estados Unidos da América, porque o Paraná está...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Manoel, e concede a palavra, já com tempo esgotado, ao nobre Deputado Del Ciel.

O Sr. Augusto Carneiro — Solicitaria ao nobre Deputado que se acha na tribuna, que após o aparte do ilustre Deputado Del Ciel, me concedesse trinta segundos também num aparte. (Soam os tímpanos).

O Sr. Del Ciel — É, Deputado, está aí o fundamental. É a própria ditadura, e enquanto houver "girassóis" por aí, que se voltam para o poder, como "girassol" para o sol, não dá para continuar nem mesmo um aparte.

O SR. PRESIDENTE — Está suspensa a sessão.

(É suspensa a sessão) .

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está reaberta a sessão.

A Presidência, na forma regimental, de acordo com o Artigo 25, inciso 20, levanta a sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 153, 163, 167, 168, 169 e 170/79.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 30 e 142/79, e de Resolução n.ºs 130 e 131/79.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 54 e 58/79.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 145/77, 57, 59, 87, 101, 109, 132, 160, 164, 175, 176, 182, 183 e 158/79 marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 132, 133, 134, 135, 136 e 137/79.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, com a presença dos Membros da Comissão, Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando à Ordem do Dia. Foram apreciados os PROJETOS DE LEI N.º 66/78, de autoria do ex-Deputado Valter Pietrângelo. Relator, Deputado Pinto Dias. Parecer Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 158/79, Mensagem número 66/79. Relator Sr. Depu-

tado Nilton Friedrich. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão . .

(a) RUBEN VALDUGA - Presidente

(a) Marlene Couto de Cristo - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Augusto Carneiro apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 146/79, de autoria do Poder Executivo. PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs 97, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/79, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO - Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário